

# CFESS Manifesta

Edição especial: *análise de conjuntura*

Brasília (DF), 7 de junho de 2016

*Gestão Tecendo na luta a manhã desejada*



**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)



# NÃO TEMEREMOS!

## O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O CONTEXTO DE RETROCESSOS

A PROPÓSITO DE...

A propósito disto que se chama classe,  
Paira o clamor dos oprimidos,  
Rebenta a esperança, as possibilidades herdeiras.  
A propósito disto que se chama exploração  
Paira a vontade de lutar,  
Inundar a terra de solidariedades.  
A propósito disto que se chama capitalismo  
Pairam imitadores e punhais suicidas,  
Estremecem desejos e sons.  
A propósito disto que se chama burguesia  
Pairam subjetividades degoladas,  
Sangram sonhos e abrem-se fendas.

daniela Castilho

**É** parte do legado de nossos 80 anos como profissão no Brasil o reconhecimento de que a história nos atinge e nos mobiliza, seja na formação ou no trabalho profissional cotidiano. A natureza de nossa matéria de intervenção implica necessariamente em tomada de posição diante das relações sociais, culturais e políticas que se expressam na conjuntura. Nesse sentido, tornou-se parte de nossa tradição a busca pelo entendimento do contexto social e suas implicações para nossas condições e escolhas profissionais. Estas são recheadas de debates coletivos na materialidade do Conjunto CFESS-CRESS, que vão dando substância à direção política da profissão.

Seguindo esta tradição, a gestão do CFESS Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017) tem tornado pública sua análise de conjuntura, seja em nossos manifestos, matérias e falas públicas; seja nas prioridades eleitas para a resistência e a escolhas dos/as aliados/as de luta. Isso, porque a categoria ampliou o sentido centralmente tecnocrático de uma autarquia pública de profissão regulamentada e sua função precípua, para redimen-

► sioná-la do ponto de vista pedagógico e com clara direção política de defesa dos interesses da sociedade, da profissão, a partir de uma identidade e apoio à classe trabalhadora.

Este lugar nos coloca, na análise de conjuntura, numa leitura cuja pergunta inicial parte desta condição política: o que a atual conjuntura representa para a sociedade, em particular para a classe trabalhadora? O teor classista deste lugar define quais são nossas inquietações. É assim que, de imediato, podemos compartilhar de muitas análises compostas e consolidadas no debate público, mas em particular no campo da esquerda. A constatação de que a crise estrutural do capital, há tempos, determina um contexto de descenso das lutas dos/as trabalhadores/as, seja pelo viés da repressão ou pela retirada violenta de direitos, que comprometem valores de solidariedade historicamente vivenciados pela classe. Ou nos processos de domesticação, direcionados aos setores organizados, fórmula muito utilizada pelos chamados governos de coalizão de classes, representados no Brasil pelos governos petistas.

Assim, não nos pode parecer que os retrocessos sociais hoje em curso no Brasil, e bem destacados pelos movimentos de resistência ao interino e ilegítimo governo Temer, sejam bem uma novidade na busca do capital de se apropriar e aprofundar os processos de exploração da classe com o apoio fundamental do Estado. Não é de hoje que nós, trabalhadores e trabalhadoras, pagamos a conta pela crise. O fato de não serem novidades em nossa história, entretanto, não significa que não sejam piores e, por isso, merecem um nível de resistência à altura do abismo que tem significado todas as propostas em curso do programa chamado ponte para o futuro, enquanto uma radicalização do neoliberalismo. O caráter supostamente moderno do nome esconde a essência do documento: um conjunto de retrocessos, preparado em uma série de pacotes, ao estilo de “presente grego” para a parte da população brasileira que só tem sua força de trabalho para sobreviver.

Em menos de trinta dias de ocupação da presidência da república, o governo ilegítimo de Temer reduziu ministérios, em especial os de caráter social, encaminhou Medida Provisória nº 727/2016, com direção de desestatização; com Programas de Parceria de Investimentos (PPI), que se destinam à ampliação da parceria entre Estado e iniciativa privada. Sob a falsa justificativa tecnicista e economicista de equilíbrio das contas públicas, o pacote de temeridades aprofunda a contrarreforma da Seguridade Social e avança visceralmente na subtração das

# TCHAU, DIREITOS!



**EM MENOS DE TRINTA DIAS DE OCUPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, O GOVERNO ILEGÍTIMO DE TEMER REDUZIU MINISTÉRIOS, EM ESPECIAL OS DE CARÁTER SOCIAL, ENCAMINHOU MEDIDA PROVISÓRIA Nº 727/2016, COM DIREÇÃO DE DESESTATIZAÇÃO; COM PROGRAMAS DE PARCERIA DE INVESTIMENTOS (PPI), QUE SE DESTINAM À AMPLIAÇÃO DA PARCERIA ENTRE ESTADO E INICIATIVA PRIVADA. SOB A FALSA JUSTIFICATIVA TECNICISTA E ECONOMICISTA DE EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, O PACOTE DE TEMERIDADES APROFUNDA A CONTRARREFORMA DA SEGURIDADE SOCIAL E AVANÇA VISCERALMENTE NA SUBTRAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA, AO MESMO TEMPO EM QUE FORTALECE MEDIDAS QUE FAVORECEM DIFERENTES FRAÇÕES DA CLASSE BURGUESA, ESPECIALMENTE A FRAÇÃO FINANCEIRA, POR MEIO DE DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS, CARGA TRIBUTÁRIA REGRESSIVA, SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA, DENTRE OUTROS ASPECTOS.**

condições de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que fortalece medidas que favorecem diferentes frações da classe burguesa, especialmente a fração financeira, por meio de desonerações tributárias, carga tributária regressiva, sistema da dívida pública, dentre outros aspectos. A velocidade desses ataques aos direitos e aos/as trabalhadores/as revela a pressa que os seguimentos dominantes têm, na atualidade, de fortalecer seu domínio sobre a exploração do trabalho e incrementar a acumulação capitalista. Segundo Maquiavel, em sua obra O Príncipe, o monarca deve promover boas medidas para seus súditos aos poucos e em conta gotas, para que o povo tenha por longo tempo com que se entreter. Mas as medidas ruins de-

vem ser realizadas todas rapidamente, de modo pulverizado, para que os súditos não consigam resistir a essas medidas em diversas frentes. Essa estratégia se atualiza e coloca à nossa organização, para a resistência da destruição dos nossos direitos, a necessidade de estar atentos/as e fortes.

Neste momento, a extrema direita (articulada nos três poderes e apoiada pela mídia antidemocrática) busca aprofundar as medidas econômicas, para favorecer ainda mais os interesses da classe burguesa, em detrimento das necessidades dos/as trabalhadores/as. Trata-se de ampliar e socializar os custos com a classe trabalhadora e reforçar a crise como mais oportunidades de lucro para a classe burguesa. Nes-

ta direção, destacam-se, de imediato, as seguintes medidas prejudiciais à classe trabalhadora:

- Prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), até dezembro de 2023, sobre 30% de taxas e contribuições sociais e de intervenção sobre o domínio econômico;
- Aprofundamento da dilapidação da Seguridade Social, ilustrado na extinção do Ministério da Previdência Social e a distribuição de seus órgãos no Ministério da Fazenda e no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; na contrarreforma da previdência social, com proposta de desvinculação do valor dos benefícios da referência do salário mínimo, na ampliação da idade para aposentadoria, entre outros; na defesa de contrarreforma dos direitos trabalhistas; nas iniciativas de desestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas); na contrariedade à universalização do Sistema Único de Saúde (Sus);
- Destruição da lógica do direito social, em favor das perspectivas de focalização, privatização e monetarização da política social, responsabilizando os indivíduos pela sua própria proteção social.

Temer e seu governo antidemocrático vêm decretando duras medidas aos/as trabalhadores/as, medidas que inclusive retroagem ao período anterior à Constituição de 1988, em nome de suposto combate ao déficit público. Na verdade, não se trata de combater o déficit público, mas concretizar estratégias de direcionamento do fundo público para

os interesses da burguesia e ainda assegurar uma base social que segure as investigações da Operação Lava Jato. Paga-se a conta do acordo pelo impeachment, mediante o alto reajuste salarial no Poder Judiciário e Legislativo, e busca-se arrefecer a resistência dos/as trabalhadores/as, mediante pequeno reajuste salarial, bem abaixo da inflação e sem recuperação das perdas acumuladas.

Todos estes gritantes retrocessos já vêm se materializando há algum tempo com o aval do Executivo e de um Congresso comprovadamente corrupto, e se destinam ao pouco conquistado pela luta dos movimentos sociais. A dominação nunca se realiza somente pela burocracia estatal e seu aparato repressor; ela vem amparada pelo legado aristocrático, clientelista de nossa sociedade, pela institucionalização e naturalização da corrupção, que envolve não só a política, mas diversas corporações; pela disputa cultural que enfrentamos em diversos campos, em especial na negação da laicidade do Estado e no crescimento da interferência religiosa na política, o que retroalimenta o conservadorismo. Este é o tempero que azeita o apoio a fascistas e ainda a regressão de pautas: Estatuto da família (PL 6583/2013), Estatuto do Nascituro, Escola sem partido (PL 867/2015), a redução da maioria penal, o PL 5069/2013 (propõe modificar a lei que atende as vítimas de violência sexual e dificulta o acesso ao aborto seguro às vítimas de estupro), Dia do orgulho Heterossexual (PL 7382/2010).

Certamente, o conservadorismo que põe em xeque direitos sociais e humanos no contexto de

**TEMER E SEU GOVERNO  
ANTIDEMOCRÁTICO  
VÊM DECRETANDO  
DURAS MEDIDAS AOS/  
ÀS TRABALHADORES/AS,  
MEDIDAS QUE INCLUSIVE  
RETROAGEM AO PERÍODO  
ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO  
DE 1988, EM NOME DE  
SUPOSTO COMBATE AO DÉFICIT  
PÚBLICO. NA VERDADE, NÃO  
SE TRATA DE COMBATER  
O DÉFICIT PÚBLICO, MAS  
CONCRETIZAR ESTRATÉGIAS  
DE DIRECIONAMENTO DO  
FUNDO PÚBLICO PARA OS  
INTERESSES DA BURGUESIA  
E AINDA ASSEGURAR UMA  
BASE SOCIAL QUE SEGURE AS  
INVESTIGAÇÕES DA OPERAÇÃO  
LAVA JATO**

**É ASSIM QUE AS POLÍTICAS SOCIAIS SERÃO PAUTADAS?**



crise é completamente funcional aos interesses da ordem burguesa, pois busca naturalizar os papéis sociais assumidos por homens e mulheres, com o sentido de disciplinar corpos produtivos na afirmação do patriarcado, da família tradicional e da propriedade. Sendo necessário, não haverá menor pudor em retroceder mesmo naquilo que a democracia formal da sociedade burguesa conquistou. A facilidade com que um pseudoartista, em parceria com o seu grupo fascista on-line, conseguiu uma audiência com o Ministério da Educação (Mec), para reforçar a proposta do projeto Escola sem Partido e outras aberrações, evidencia a forma inescrupulosa como a direita mais rasteira vai conseguindo espaço na institucionalidade e na mídia. Há de se destacar muita indignação dos movimentos sociais progressistas que passam dias, meses e anos para serem recebidos pelo governo, para ao menos identificar suas reivindicações.

Os retrocessos que aqui qualificamos precisam ser enfrentados na recuperação de frentes de luta no campo da esquerda, na reconstrução de temas e estratégias que fomentem a unidade de partidos, sindicatos e movimentos anticapitalistas. Ainda que não encontre nenhum espaço de expressão na monopólicia mídia burguesa no Brasil, os partidos, sindicatos e movimentos sociais resistem em algumas frentes. A despeito da Lei Antiterrorismo o movimento social continua nas ruas, nas ocupações de instituições, nas expressivas ocupações das escolas que revelam a força histórica e o fôlego da juventude. É preciso dar visibilidade aos processos de resistência, por via das mídias alternativas, a exemplo do que vem realizando o Mídia Ninja, bem como o cineasta e militante social Carlos Pronzato, sobre a ocupação nas escolas em São Paulo.

Nossas pautas, discutidas e aprovadas democrática e coletivamente no Conjunto CFESS-CRESS, sempre expressaram nossa posição política e autônoma. Sempre estivemos e permaneceremos nos espaços da categoria, nos fóruns democráticos e nas ruas, levantando nossas bandeiras. Entendemos que, no contexto atual, devemos indicar uma agenda/diretriz para a luta cotidiana, que vai requerer de todos/as nós muito mais resistência:

## ADIVINHA PARA ONDE ESTÁ INDO O ORÇAMENTO PÚBLICO?



1. Contribuir com a organização da classe trabalhadora e, como parte dessa classe, também os/as assistentes sociais, contra a retirada de direitos;
2. Defesa central da proteção social por meio do Estado, a partir da Seguridade Social. Não à privatização da saúde e da securitização da previdência social. Contra o desmonte do Sistema Único de Assistência Social;
3. Defesa do trabalho de assistentes sociais com direitos e da profissão de Serviço Social nos marcos do projeto ético-político;
4. Defesa dos direitos humanos, da manutenção e ampliação dos direitos das mulheres, negros/as e da população LGBT;
5. Fortalecer a luta estratégica pela democratização da comunicação;
6. Posicionar-se sempre contra toda forma de criminalização dos movimentos sociais e das lutas e resistências sociais e populares.
7. Nenhum direito político, trabalhista, previdenciário, social e cultural a menos!

Nessa conjuntura de retrocessos sociais, econômicos, políticos e culturais, o Serviço Social brasileiro reafirma seu compromisso com a liberdade e a democracia, conclamando os/as assistentes sociais a se mobilizarem nos espaços coletivos contra os avanços do neoconservadorismo na atual conjuntura.

*No confronto armado a direita  
sorratamente enclausura o verbo  
Tempos de incertezas e aparências  
Tempos de falsos prognósticos de cura  
Mas eles/elas se preparam para a  
grande batalha  
Protestam e erguem suas altivas  
bandeiras vermelhas  
Ensaíam inesquecíveis melodias  
Em uma espécie de mistura fecunda  
entre o sonho e o som  
Disparam olhares fatais  
E clamam: Queremos liberdades iguais!*  
**daniela castilho**



**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,  
Edf. Serra Dourada,  
Salas 312-318  
CEP: 70300-902  
Brasília - DF  
Fone: (61) 3223.1652  
cfess@cfess.org.br

## Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

**PRESIDENTE** Maurílio Castro de Matos (RJ)  
**VICE-PRESIDENTE** Esther Luíza de Souza Lemos (PR)  
**1ª SECRETÁRIA** Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)  
**2ª SECRETÁRIA** Daniela Castilho (PA)  
**1ª TESOUREIRA** Sandra Teixeira (DF)  
**2ª TESOUREIRA** Nazarela Rêgo Guimarães (BA)  
**CONSELHO FISCAL**  
Juliana Iglesias Melim (ES)  
Daniela Neves (DF)  
Valéria Coelho (AL)

**SUPLENTE**  
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)  
Josiane Soares Santos (SE)  
Erlénia Sobral do Vale (CE)  
Marlene Merisse (SP)  
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)  
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)  
Solange da Silva Moreira (RJ)

**CFESS MANIFESTA**  
*Edição especial: Análise de Conjuntura*  
**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**  
Daniela Castilho, Daniela Neves, Erlénia Sobral e Sandra Teixeira  
**Organização:** Comissão de Comunicação  
**Revisão:** Diogo Adjuto  
**Diagramação, ilustrações e fotomontagens:**  
Rafael Werkema